

Superior Tribunal de Justiça

EDcl no RECURSO ESPECIAL Nº 1.817.563 - DF (2019/0155313-2)

RELATORA : MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI
EMBARGANTE : AUGUSTO LUIS DAS CHAGAS
ADVOGADOS : RODRIGO DUQUE DUTRA - DF012313
AUGUSTO LUÍS DAS CHAGAS - DF030521
HERBERT AMARANTE PINHEIRO FILGUEIRAS - DF050112
EMBARGADO : ADRIANA SILVA ALVES DAS CHAGAS
EMBARGADO : CELIO CATANHO LOPES JUNIOR
EMBARGADO : ADRIENE ALVES LOPES
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de embargos de declaração opostos por AUGUSTO LUIS DAS CHAGAS contra a decisão de fls. 925-928, e-STJ, que negou provimento ao seu recurso especial, em razão da incidência das Súmulas 7/STJ, e 282 e 356/STF.

O embargante não aponta nenhum dos vícios previstos nas alíneas do art. 1.022, do Código de Processo Civil/2015, limitando-se a repisar o mérito do recurso especial, já analisado.

Em impugnação aos presentes embargos, a parte recorrida "*requer o reconhecimento da deslealdade processual do embargante – má-fé processual, visto que foram manejados com nítido intuito de modificação do julgado, para a rediscussão de teses, com a aplicação da multa prevista na legislação processual civil*" (fl. 1103, e-STJ).

Dois dias após a oposição dos presentes embargos de declaração, o recorrente interpôs agravo interno, em petição de fls. 939-981, e-STJ.

Relatados, passo a decidir.

Inicialmente não conheço do agravo interno de fls. 939-981, e-STJ, em razão do princípio da unirrecorribilidade, que impede a interposição de dois recursos contra a mesma decisão.

Outrossim, o presente recurso não merece prosperar.

Nos termos do art. 1.022 do CPC/2015, os embargos de declaração são cabíveis quando há omissão, contradição, obscuridade ou erro material na decisão embargada, o que não se verifica na espécie.

Em verdade, verifica-se que a embargante pretende o rejugamento da

Superior Tribunal de Justiça

causa, o que desnatura a oposição de embargos de declaração, que, conforme cediço, é recurso de fundamentação vinculada.

Registre-se, ademais, que *"É inviável o conhecimento da violação dos arts. 489 e 1.022 do CPC/2015 quando as alegações que fundamentam a pretensa ofensa são genéricas, sem discriminação dos pontos efetivamente omissos, contraditórios ou obscuros. Incidência da Súmula 284 do STF"* (AgInt no AREsp 1.497.711/DF, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, DJe 2/10/2019).

O presente recurso é deficiente, porquanto, o recorrente sequer indicou qual a hipótese do art. 1.022, do CPC/2015, que autorizaria a oposição dos aclaratórios.

Os embargos de declaração não são cabíveis para rediscutir matéria já analisada fundamentadamente na decisão embargada, especialmente diante da existência de recurso cabível na seara processual.

Ademais, o recurso não se presta à aplicação de entendimento que, segundo a ótica da parte embargante, deveria guiar ou conduzir a solução do litígio.

Nesse sentido: EDcl no AgInt na Rcl 17.207/SP, Rel. Ministro LÁZARO GUIMARÃES (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TRF 5ª REGIÃO, SEGUNDA SEÇÃO, DJe 27/11/2017).

Quanto ao pedido formulado em contrarrazões, verifico que não merece prosperar, porquanto, *"É firme o entendimento desta Corte no sentido de não aplicar a multa por litigância de má-fé quando a parte utiliza recurso previsto no ordenamento jurídico, sem abusar do direito de recorrer, como é o caso dos autos"* (AgInt no AREsp 1.503.908/SP, Rel. Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, DJe 26/9/2019).

Em face do exposto, rejeito os embargos de declaração.

Intimem-se.

Brasília, 02 de outubro de 2019.

MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI
Relatora